

Uma Verdade Conveniente

Com a Cúpula da Mudança Climática em Copenhague, o debate sobre quais políticas públicas podem ser implementadas para evitar as previsões apocalípticas de especialistas, volta a ganhar destaque. Neste ensaio contarei um pouco sobre qual o principal instrumento de política econômica para lidar com a questão e apresentarei uma verdade que ora se mostra muito conveniente para o Brasil, a de que já estamos muito avançados em termos dessa política.

Em 1912, na obra *Riqueza e Bem Estar*, Arthur Pigou explicou que uma das principais falhas do mercado é que nem sempre o custo pecuniário de bens e serviços equivale ao seu custo social. Por exemplo, o custo de extrair petróleo e disponibilizá-lo como combustível é certamente menor do que o custo social tendo em vista a poluição que a queima do combustível fóssil causa. Para igualar tais custos, o professor da Universidade de Cambridge propõe a criação de um imposto que onera o preço de bens de modo que a decisão individual leve em conta o custo social.

Em outubro de 2006, o ex-presidente do Conselho de Assuntos Econômicos da Casa Branca, Gregory Mankiw escreveu artigo no *Wall Street Journal* defendendo o imposto pigouviano. No artigo intitulado "Aumentem o preço dos combustíveis" ele explica que ao aumentar o preço dos inflamáveis estaríamos não só desestimulando o consumo do principal poluente, mas também contribuindo para diminuir o trânsito urbano tornando viver perto do trabalho mais interessante do que dirigir muitos quilômetros diários. Para ele essa medida horizontal facilitaria o ambiente regulatório evitando que tiros dados saiam pela culatra como ocorreu nos EUA, que ao criar uma série de exigências de eficiência energética para carros de passeio acabou promovendo o crescimento de caminhonetes SUVs nas ruas do país.

A verdade conveniente é que o Brasil já tem um dos preços mais elevados de combustível no mundo. Por aqui se paga por combustível mais do que em muitos países desenvolvidos, na verdade o litro de gasolina por aqui custa basicamente o mesmo que nos países nórdicos cerca de \$ 1,50. Enquanto no México, país de nível de desenvolvimento similar se paga \$ 0,52. Em países de larga extensão territorial como o Brasil se paga bem menos, vejam o caso dos EUA \$0,50, do Canadá \$ 0,69 e da Austrália \$ 0,76.

Não é só o preço dos derivados do petróleo que sinaliza para o cidadão o custo da poluição oriunda da queima de combustíveis fósseis, mas também o custo da energia elétrica que depende principalmente da queima deles para qualquer geração adicional. Em novembro deste ano, o *Jornal O Globo* trouxe reportagem mostrando que o Brasil tem uma das energias elétricas mais caras do mundo tanto para indústrias como para residências. Ou seja, dentro da lógica aqui apresentada já fizemos boa parte do dever de casa nessa área também. E claro, já pagamos o custo em termos de crescimento para lidar com esse tipo de preço relativo: o Brasil não tem vantagem competitiva para produzir bens com uso intensivo de energia, além disso, a circulação de mercadorias é mais cara fazendo com que os produtos cheguem a preços mais elevados nas mãos do consumidor, um peso para o crescimento do consumo.

Uma das consequências dessa disposição de preços relativos é que o Brasil é mais eficiente no uso de energia do que boa parte do mundo. Vejamos: de acordo com os dados do relatório anual da Agência Internacional de Energia, com um TeraWatt o Brasil produz 3,78 bilhões de dólares ajustados pela paridade do poder de compra, enquanto que com a mesma quantidade de Energia, o mundo produz 3,38 bi, a OECD, clube de países de países ricos produz 3,22 bi, a China 3,26 bi, o Oriente Médio 2,47 bi e os países que compunham a antiga União Soviética produzem 1,89 bi.

Se realmente estamos preocupados com as previsões apocalípticas e ou com a poluição do mundo talvez fosse o caso de apresentarmos o trabalho de casa feito no Brasil, essa verdade conveniente, ao resto do mundo e pedir para que ele siga os

nossos passos. Enfim, o mundo é um só, não adianta fazer muito mais por aqui, sem que os outros também o façam.

Igor Barenboim é Ph.D. em economia por Harvard e Subsecretário Municipal do Rio de Janeiro